

**Parecer nº 181/99**

Data: 1999.11.03

Processo nº 687

**Requerente:** Maria Júlia de Sousa Trepado Barreto.

**1 - O pedido**

Maria Júlia de Sousa Trepado Barreto, identificada no processo, requereu ao Hospital Garcia de Orta relatório médico respeitante a seu marido, Adelino Henriques Marques Barreto, falecido em 29 de Agosto de 1998.

Nos termos do disposto no artigo 15º, nºs 2 e 4, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, com a nova redacção dada pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, o Hospital Garcia de Orta solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre a possibilidade de revelação dos documentos requeridos.

A fundamentar o pedido a requerente alega que pretende aceder ao mencionado documento porque o mesmo foi pedido pela Companhia de Seguros Tranquilidade.

**2 - Os factos**

Consideram-se provados os alegados vínculo conjugal e falecimento, através de fotocópias do bilhete de identidade da requerente e de certidão do assento de óbito do referido Adelino Henriques Marques Barreto, que se juntaram ao processo.

Com a junção ao processo de fotocópia de uma carta da Companhia de Seguros Tranquilidade, também se considera assente o facto de que a requerente necessita de aceder ao mencionado documento para fazer valer direitos decorrentes de um seguro de vida – apólice 03/213284 – subscrito por seu marido.

### **3 - O Direito**

3.1.A lei que regula o acesso aos documentos da Administração, conhecida pela sigla LADA, é a Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, entretanto alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho. Em relação aos documentos nominativos, isto é, aos documentos administrativos que contenham dados pessoais – cf. o seu artigo 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)* –, como são, em regra, os relatórios médicos, a LADA permite o seu acesso ao titular desses dados, sem necessitar, sequer, de invocar um interesse ou motivo. Já o acesso de terceiros a tais dados só é permitido desde que sejam, cumulativamente, satisfeitas as seguintes condições:

- Demonstração de um interesse directo, pessoal e legítimo (cf. artigo 8º, nº 2);
- Obtenção de parecer favorável da CADA artigo 15º, nº 2, e artigo 20º, nº 1, alínea *c)* .

3.2.A CADA entende que a familiar em causa tem interesse directo, pessoal e legítimo no acesso à documentação relativa ao falecimento de seu marido. Mas o grau de acesso deve ter em conta a finalidade do mesmo. No caso vertente, visa-se a ulterior entrega a terceiro (uma empresa seguradora), pelo que o acesso deve ser proporcionado e adequado a tal circunstância.

### **4 - Parecer**

Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea *c)* do nº 1 do artigo 20º da LADA, que o acesso pretendido por Maria Júlia de Sousa Trepado Barreto aos mencionados documentos, arquivados no Hospital Garcia de Orta e relativos a seu marido Adelino Henriques Marques Barreto, se circunscreva ao(s) documento(s) de que conste(m) a causa da morte.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a nova redacção dada ao artigo 8º da LADA pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

Envie-se cópia do presente parecer à requerente e ao Hospital Garcia de Orta.

Aprovado na sessão da CADA de 3 de Novembro de 1999.

*Castro Martins (Presidente) – José Magalhães – Vasco Almeida – João Figueiredo – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra*